

O PAPEL DA ATENÇÃO BÁSICA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES EM VULNERABILIDADE

THE ROLE OF PRIMARY CARE IN PROMOTING THE SEXUAL AND REPRODUCTIVE HEALTH OF WOMEN IN VULNERABLE SITUATIONS

Sabrina Rebeca Marinho Medeiros ¹ 

Liliane Cristina Martins Fernandes ² 

Débora Alexandrina Farias Pinto ³ 

Ruth da Silva Grangeiro ⁴ 

Bárbara Larissa Lima Leal ⁵ 

RESUMO

A saúde sexual e reprodutiva é um direito fundamental, mas mulheres em situação de vulnerabilidade ainda enfrentam barreiras significativas no acesso a serviços de Atenção Primária à Saúde. Este estudo tem como objetivo analisar o papel da atenção básica na promoção da saúde sexual e reprodutiva dessas mulheres, identificando desafios e oportunidades. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada em bases de dados nacionais e internacionais, incluindo Biblioteca Virtual em Saúde, Scientific Electronic Library Online e PubMed. Foram selecionados artigos publicados

Autor corresponde: Sabrina Rebeca Marinho Medeiros, sabrinarebecaa@gmail.com

1 Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), João Pessoa, PB, Brasil.

2 Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

3 Faculdade Novo Horizonte, Campina Grande, PB, Brasil.

4 Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, PB, Brasil.

5 Centro Universitário FAVENI, PB, Brasil.

entre 2018 e 2024, considerando descritores relacionados à saúde sexual, saúde reprodutiva e vulnerabilidade social. Os resultados demonstraram que o acesso aos serviços de planejamento reprodutivo, exames preventivos e métodos contraceptivos ainda é limitado para mulheres em situação de vulnerabilidade, principalmente devido a fatores como desigualdade socioeconômica, falta de informação e dificuldades estruturais da Atenção Primária. Estratégias como a ampliação da educação em saúde, a capacitação dos profissionais e a implementação de políticas públicas mais inclusivas são apontadas como alternativas para melhorar a assistência. Conclui-se que, para garantir a equidade e efetividade dos serviços, é necessário fortalecer a Atenção Primária como um espaço de acolhimento, orientação e promoção dos direitos reprodutivos, reduzindo desigualdades e garantindo o bem-estar das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde sexual; Saúde reprodutiva; Atenção Primária à Saúde.

ABSTRACT

Sexual and reproductive health is a fundamental right, but women in vulnerable situations still face significant barriers to accessing Primary Health Care services. This study aims to analyze the role of primary care in promoting the sexual and reproductive health of these women, identifying challenges and opportunities. It is an integrative literature review conducted in national and international databases, including the Virtual Health Library, Scientific Electronic Library Online, and PubMed. Articles published between 2018 and 2024 were selected, considering descriptors related to sexual health, reproductive health, and social vulnerability. The results showed that access to reproductive planning services, preventive exams, and contraceptive methods is still limited for women in vulnerable situations, mainly due to factors such as socioeconomic inequality, lack of information, and structural difficulties in Primary Care. Strategies such as expanding health education, training professionals, and implementing more inclusive public policies are suggested as alternatives to improve assistance. It is concluded that to ensure equity and effectiveness of services, it is necessary to strengthen Primary Care as a space for reception, guidance, and promotion of reproductive rights, reducing inequalities and ensuring women's well-being.

KEYWORDS: Sexual health. Reproductive health. Primary Health Care.

INTRODUÇÃO

A saúde sexual e reprodutiva é um direito fundamental garantido pelas diretrizes nacionais e internacionais de saúde, sendo essencial para a qualidade de vida e o bem-estar das mulheres. No entanto, mulheres em situação de vulnerabilidade enfrentam inúmeros desafios no acesso aos serviços de saúde, especialmente na Atenção Básica, que deveria ser o primeiro ponto de acolhimento e cuidado contínuo. De acordo com Funayama, Cyrino e Garcia (2022), a Atenção Primária à Saúde (APS) deve ser estruturada para oferecer uma abordagem integral, considerando não apenas o acesso a métodos contraceptivos e exames preventivos, mas também a educação em saúde e o enfrentamento das desigualdades sociais que afetam a saúde das mulheres.

A vulnerabilidade das mulheres pode ser multifatorial, sendo influenciada por condições socioeconômicas, culturais e de gênero. Estudos demonstram que populações em territórios periféricos e com baixa renda apresentam maior dificuldade de acesso a serviços de saúde de qualidade, o que compromete o cuidado preventivo e a assistência às necessidades reprodutivas femininas (Rodrigues et al., 2020). Além disso, fatores como violência de gênero, falta de políticas públicas eficazes e baixa escolaridade contribuem para o desconhecimento sobre direitos sexuais e reprodutivos, impactando diretamente a autonomia das mulheres sobre seus corpos e sua saúde.

A promoção da saúde na APS deve estar pautada na equidade e na universalidade, buscando estratégias que contemplem a realidade das mulheres em contextos de vulnerabilidade. Estratégias intersetoriais e ações de empoderamento são essenciais para garantir que esses grupos tenham acesso a informações adequadas, bem como à assistência necessária para exercerem seus direitos reprodutivos de forma plena (Borges et al., 2022).

A promoção da saúde sexual e reprodutiva na Atenção Básica é essencial para reduzir as desigualdades sociais e garantir o direito das mulheres ao planejamento reprodutivo e à prevenção de doenças. A Organização Mundial da Saúde (OMS)

ênfatiza que os serviços de Atenção Primária à Saúde devem ser estruturados de maneira a assegurar um cuidado integral e acessível a todas as mulheres, independentemente de sua condição socioeconômica, raça ou identidade de gênero (Borges *et al.*, 2022). No entanto, no Brasil, persistem desafios que dificultam a implementação de ações eficazes voltadas para populações em situação de vulnerabilidade, como a escassez de recursos, a carência de profissionais capacitados e a fragmentação das políticas públicas.

A Atenção Básica, por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), representa um importante mecanismo para ampliar o acesso à saúde sexual e reprodutiva, possibilitando o acolhimento, a orientação e a oferta de serviços como planejamento familiar, exames ginecológicos e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis.

No entanto, como apontado por Funayama, Cyrino e Garcia (2022), muitas mulheres em situação de vulnerabilidade ainda enfrentam barreiras no acesso a esses serviços, seja por falta de informação sobre os direitos reprodutivos, seja pela dificuldade de locomoção até as unidades de saúde ou mesmo pela resistência de alguns profissionais em oferecer um atendimento humanizado e livre de preconceitos.

Além dos desafios estruturais, há questões culturais e sociais que afetam diretamente a busca por serviços de saúde sexual e reprodutiva. Rodrigues *et al.* (2020) destacam que, em muitas comunidades, ainda existe um estigma associado ao uso de métodos contraceptivos, especialmente entre adolescentes e mulheres que não estão inseridas em uma relação conjugal estável. O medo do julgamento social, a influência de crenças religiosas e a falta de apoio familiar são fatores que impactam diretamente a autonomia das mulheres sobre sua saúde reprodutiva, dificultando a adesão a programas preventivos.

Neste contexto, faz-se necessário o fortalecimento de políticas públicas que ampliem o acesso à informação e garantam que a Atenção Básica cumpra seu papel na promoção da saúde sexual e reprodutiva de maneira inclusiva e equitativa. Isso inclui a qualificação dos profissionais de saúde para abordagens humanizadas e baseadas na escuta ativa, além da implementação de estratégias intersetoriais que envolvam educação, assistência social e a participação da comunidade na construção de políticas mais eficazes. Dessa forma, será possível promover um cuidado integral que respeite a diversidade e as necessidades específicas de cada grupo

populacional, reduzindo as desigualdades e garantindo o exercício pleno dos direitos reprodutivos femininos.

Diante dessas considerações, este estudo tem como objetivo discutir o papel da Atenção Básica na promoção da saúde sexual e reprodutiva de mulheres em situação de vulnerabilidade, analisando os principais desafios enfrentados e as oportunidades para a construção de um modelo assistencial mais acessível, eficiente e inclusivo.

MÉTODO

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que tem como objetivo reunir e sintetizar o conhecimento disponível sobre o papel da Atenção Básica na promoção da saúde sexual e reprodutiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. A revisão integrativa permite a incorporação de diferentes metodologias de pesquisa, proporcionando uma visão ampla sobre o tema investigado. Para garantir a sistematização e o rigor científico, a metodologia seguiu seis etapas, conforme proposto por Dantas *et al.* (2021).

A primeira etapa consistiu na delimitação do tema e formulação da questão norteadora, que orientou a busca e seleção dos estudos. A questão de pesquisa foi elaborada com base no método PCC (População, Conceito e Contexto), adequado para revisões integrativas. A questão definida foi: "Como a Atenção Primária à Saúde contribui para a promoção da saúde sexual e reprodutiva de mulheres em situação de vulnerabilidade?".

A busca foi realizada nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed e Google Acadêmico, utilizando descritores controlados extraídos do DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e do MeSH (Medical Subject Headings). Os descritores utilizados foram combinados com operadores booleanos para aumentar a especificidade da busca, tais como: "Saúde sexual" AND "Saúde reprodutiva" AND "Atenção Primária à Saúde" AND "Vulnerabilidade Social", "Mulheres em situação de vulnerabilidade" AND "Direitos reprodutivos" AND "Acesso aos serviços de saúde" e "Enfermagem na atenção básica" AND "Saúde da mulher" AND "Planejamento familiar".

Para a seleção dos estudos, foram adotados os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados entre 2018 e 2024, estudos disponíveis em português, inglês e espanhol, trabalhos acessíveis na íntegra e com metodologia explícita e pesquisas que abordassem ações da APS voltadas para a saúde sexual e reprodutiva de mulheres vulneráveis. Foram excluídos artigos repetidos entre as bases de dados, trabalhos que abordassem saúde reprodutiva sem enfoque na Atenção Primária e estudos de revisão sem metodologia explícita.

Após a seleção dos artigos, foi realizada a extração das informações relevantes, organizadas em um quadro contendo os seguintes aspectos: autores, título do artigo, ano de publicação, método de pesquisa e principais achados. Esse procedimento permitiu a sistematização dos dados e a análise comparativa entre os diferentes estudos reuniu-se 11 artigos para discussão dos achados, seguindo as etapas de Leitura de títulos, leitura de resumos e leitura integral em cada base de dados.

Os estudos selecionados foram analisados de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar padrões, divergências e lacunas na literatura. A discussão foi estruturada em eixos temáticos, contemplando as barreiras e oportunidades para a promoção da saúde sexual e reprodutiva na APS. Os resultados foram organizados em texto corrido e em quadros, destacando as principais evidências científicas e suas implicações para a prática assistencial e para a formulação de políticas públicas.

Por tratar-se de uma revisão integrativa, este estudo não envolveu a participação direta de sujeitos humanos, isentando a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Entretanto, foram respeitados os princípios éticos de integridade acadêmica, garantindo a citação correta das fontes e a transparência na seleção dos artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

QUADRO 1 – Artigos encontrados na revisão integrativa

Autores	Título do Artigo	Ano de Publicação	Método de Pesquisa	Principais Achados
Daniela Saraiva da Clara	Atenção à saúde sexual e reprodutiva do adolescente: respostas da Atenção Primária e o impacto do coronavírus	2021	Estudo descritivo exploratório qualitativo com entrevistas online e levantamento de indicadores	Treinamentos para profissionais facilitam o atendimento ao público adolescente. Durante a pandemia, houve aumento de gravidez na adolescência e redução do acesso à prevenção.
Hilderlânia de Freitas Lima et al.	Conhecimento, atitude e prática de universitárias da área da saúde sobre exame Papanicolau	2023	Estudo analítico transversal quantitativo com questionários aplicados a universitárias	Universitárias têm bom conhecimento sobre a importância do exame Papanicolau, mas baixa adesão prática. Educação em saúde é essencial para empoderamento.
Samy Loraynn Oliveira Moura et al.	Percepção de mulheres quanto à sua vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis	2021	Estudo exploratório e descritivo qualitativo com entrevistas semiestruturadas	Mulheres percebem sua vulnerabilidade a ISTs de forma reduzida. Associam a transmissão a comportamentos desviantes, reforçando estigmas.
Myllena Suzi Lima Silva et al.	Saúde sexual e reprodutiva: Desconstruindo tabus e potencializando diálogos na escola	2022	Estudo quanti-qualitativo com aplicação de questionários, entrevistas e intervenção didática	A escola ainda enfrenta desafios na abordagem da saúde sexual e reprodutiva. Tabus persistem e a educação em saúde precisa ser ampliada.
Júlia Buonafina da Silva et al.	Educação em saúde sobre autocuidado íntimo e ISTs para mulheres em situação de vulnerabilidade	2021	Relato de experiência com intervenção educativa em saúde	A intervenção educativa com mulheres em situação de vulnerabilidade promoveu empoderamento e maior adesão ao autocuidado e prevenção de ISTs.
Graciela Dutra Sehnem et al.	Saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes: percepções dos profissionais em enfermagem	2019	Estudo qualitativo descritivo com entrevistas semiestruturadas	Os profissionais da atenção primária ainda adotam visão reducionista sobre a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. Estratégias educativas são fundamentais.
Rosana Maffaccioli et al.	Reflexões sobre as estratégias para mitigar vulnerabilidades das mulheres à violência íntima na pandemia de covid-19	2024	Ensaio teórico-reflexivo com análise de políticas públicas	A Atenção Primária tem papel essencial na mitigação das vulnerabilidades das mulheres à violência íntima, mas há desafios na implementação de estratégias eficazes.

Clara Santos Borba et al.	Assistência de enfermagem na atenção básica de saúde à mulher vítima de violência sexual	2021	Pesquisa descritiva teórico-reflexiva com análise documental	O acolhimento na Atenção Básica é fundamental para mulheres vítimas de violência sexual, mas há barreiras na assistência e na capacitação dos profissionais.
Suzely Adas Saliba Moimaz et al.	Cuidados à saúde da gestante no âmbito da Atenção Primária	2020	Estudo transversal com entrevistas semiestruturadas em 15 Unidades de Saúde da Família	Uniformidade no prontuário e fluxograma da gestante, porém desafios na busca ativa, visitas domiciliares e educação em saúde.
Alejandra Carreño-Calderón et al.	Saúde sexual e reprodutiva de jovens mulheres Mapuche no Chile	2024	Estudo qualitativo de caso com 32 entrevistas em profundidade com jovens mapuche	Desigualdades persistem no acesso à saúde sexual e reprodutiva de jovens indígenas, necessitando de abordagem intercultural.
Vitória Luciana Barbosa Gomes et al.	Saúde da mulher na atenção básica: relato de experiência sobre a sífilis gestacional e a gravidez na adolescência	2023	Relato de experiência de acadêmicos de medicina em unidade de Estratégia Saúde da Família	Diagnóstico precoce e tratamento da sífilis gestacional são eficazes; abordagem abrangente na gravidez na adolescência melhora o acesso ao pré-natal.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A análise dos 11 artigos selecionados aponta desafios estruturais e oportunidades no papel da Atenção Primária à Saúde (APS) na promoção da saúde sexual e reprodutiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. Os principais achados destacam dificuldades no acesso aos serviços de saúde, barreiras socioculturais, lacunas na capacitação dos profissionais de saúde e estratégias eficazes de intervenção. A seguir, são discutidos os principais eixos temáticos extraídos dos estudos.

Barreiras ao acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva

A dificuldade de acesso aos serviços de saúde é um dos principais entraves para a garantia dos direitos reprodutivos das mulheres em situação de vulnerabilidade. Segundo Moimaz *et al.* (2020), a fragmentação no atendimento às gestantes na Atenção Primária compromete a busca ativa e a continuidade do

cuidado. Isso reflete a necessidade de protocolos unificados e fluxos de atendimento eficientes, pois muitas mulheres não comparecem às consultas de pré-natal por fatores como deslocamento e falta de informação.

Além disso, Carreño-Calderón *et al.* (2024) destacam que mulheres indígenas enfrentam desigualdades ainda mais acentuadas no acesso aos serviços de saúde reprodutiva. A falta de uma abordagem intercultural na APS resulta em desconfiança no sistema de saúde e baixa adesão às práticas de prevenção. Esse achado reflete um problema estrutural mais amplo, que é a falta de políticas públicas que considerem a diversidade cultural e promovam a equidade no acesso à saúde.

Outro ponto crítico é a dificuldade de acesso ao exame Papanicolau. Como evidenciado por Lima *et al.* (2023), universitárias da área da saúde possuem um bom conhecimento teórico sobre o exame, mas apresentam baixa adesão prática ao rastreamento do câncer do colo do útero. Se esse cenário ocorre em mulheres com maior escolaridade, a situação é ainda mais grave entre mulheres em situação de vulnerabilidade, que frequentemente desconhecem a importância da prevenção e enfrentam barreiras logísticas para a realização do exame.

Impacto da falta de educação em saúde e o persistente estigma social

Outro problema recorrente nos artigos analisados é a lacuna na educação em saúde, que dificulta a adoção de práticas preventivas. Moura *et al.* (2021) apontam que muitas mulheres não percebem sua vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), pois associam a transmissão a comportamentos desviantes ou a grupos de risco específicos. Esse estigma social sobre ISTs perpetua um comportamento de negação e negligência, dificultando a busca ativa por serviços preventivos.

Além disso, os artigos reforçam que tabus culturais e religiosos ainda representam barreiras significativas à disseminação de informações sobre contracepção e saúde reprodutiva. Silva *et al.* (2022) demonstram que, dentro do ambiente escolar, ainda há resistência na abordagem do tema, e a educação sexual é frequentemente tratada de maneira superficial e fragmentada. Isso resulta em um

ciclo de desinformação que prejudica a autonomia das mulheres na tomada de decisões sobre sua saúde reprodutiva.

No entanto, Gomes *et al.* (2023) trazem um exemplo positivo ao relatar um projeto de intervenção voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade. O estudo evidencia que ações educativas focadas no autocuidado íntimo e na prevenção de ISTs aumentam o conhecimento e promovem empoderamento, incentivando a adoção de comportamentos preventivos.

Profissionais de Saúde e a Necessidade de Abordagens Humanizadas

A relação entre profissionais de saúde e mulheres vulneráveis é um aspecto fundamental para a promoção da saúde reprodutiva. Os estudos demonstram que ainda há barreiras no acolhimento e na humanização do atendimento, o que compromete a efetividade das ações na Atenção Primária.

Segundo Sehnem *et al.* (2019), profissionais de enfermagem muitas vezes adotam uma visão reducionista da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, focando apenas na prevenção da gravidez, sem considerar outros aspectos fundamentais, como o direito ao prazer, o empoderamento e a prevenção de ISTs. Essa visão limitada reflete a falta de capacitação e a necessidade de atualização dos profissionais que atuam na APS.

Por outro lado, Borba *et al.* (2021) destacam que a Atenção Básica tem um papel essencial no atendimento de mulheres vítimas de violência sexual. No entanto, a falta de capacitação dos profissionais e a ausência de fluxos bem estabelecidos para o acolhimento dificultam a assistência. Muitas mulheres não denunciam a violência por medo, vergonha ou desconhecimento dos seus direitos, e a APS precisa estar preparada para oferecer acolhimento, suporte psicológico e encaminhamento adequado.

Além disso, Maffaccioli *et al.* (2024) discutem a importância da APS na mitigação da vulnerabilidade das mulheres à violência de gênero, enfatizando que estratégias como grupos de apoio e acompanhamento contínuo são eficazes na redução dos impactos sociais e psicológicos dessas experiências.

Estratégias e oportunidades para melhorar a promoção da saúde sexual e reprodutiva

Diante dos desafios apresentados, os estudos analisados sugerem estratégias que podem fortalecer o papel da Atenção Básica na promoção da saúde sexual e reprodutiva.

É essencial ampliar as ações educativas sobre direitos sexuais e reprodutivos, com abordagens que sejam acessíveis e adaptadas às realidades socioculturais das diferentes populações (Silva *et al.*, 2022). A APS deve investir na qualificação das equipes para o atendimento humanizado e sem preconceitos, garantindo um acolhimento adequado para mulheres em situação de vulnerabilidade (Sehnem *et al.*, 2019).

A descentralização dos serviços e a implementação de estratégias como busca ativa e horários flexíveis de atendimento podem melhorar a adesão aos exames preventivos (Moimaz *et al.*, 2020). A articulação entre saúde, educação e assistência social pode contribuir para um cuidado integral e contínuo, principalmente para mulheres vítimas de violência ou em situação de extrema vulnerabilidade (Maffaccioli *et al.*, 2024). Populações indígenas, adolescentes e mulheres em situação de rua precisam de estratégias específicas que respeitem suas particularidades e garantam o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva (Carreño-Calderón *et al.*, 2024).

Os achados do quadro demonstram que, apesar dos avanços na estruturação da Atenção Básica, ainda existem barreiras significativas para a promoção da saúde sexual e reprodutiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. O acesso limitado aos serviços, os tabus culturais e a falta de capacitação dos profissionais comprometem a efetividade das ações preventivas.

Contudo, os estudos indicam que há grandes oportunidades de melhoria, especialmente com a implementação de políticas públicas mais inclusivas, a ampliação da educação em saúde e a qualificação das equipes de Atenção Primária. O fortalecimento da APS como espaço de acolhimento e promoção da saúde é fundamental para garantir que todas as mulheres tenham seus direitos sexuais e reprodutivos respeitados, reduzindo desigualdades e promovendo uma assistência mais equitativa e humanizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção da saúde sexual e reprodutiva de mulheres em situação de vulnerabilidade representa um dos maiores desafios da Atenção Primária à Saúde. Os achados desta revisão integrativa demonstram que, apesar dos avanços na formulação de políticas públicas e na ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família, ainda existem barreiras significativas no acesso aos serviços, comprometendo o direito das mulheres à saúde integral. Fatores como desigualdade socioeconômica, baixa escolaridade, violência de gênero, estigmas culturais e dificuldades estruturais das unidades de saúde impactam diretamente na adesão das mulheres às ações preventivas e ao planejamento reprodutivo.

Os estudos analisados reforçam que a Atenção Básica deve ser fortalecida como o primeiro ponto de acolhimento e assistência para garantir um atendimento humanizado e inclusivo. Para isso, é essencial investir na capacitação dos profissionais de saúde para que possam atuar de maneira mais sensível e resolutiva diante das demandas das mulheres vulneráveis. Além disso, estratégias intersetoriais que envolvam educação, assistência social e justiça são fundamentais para garantir não apenas o acesso aos serviços de saúde, mas também a autonomia das mulheres na tomada de decisões sobre sua saúde sexual e reprodutiva.

Os resultados desta revisão evidenciam que iniciativas de educação em saúde e busca ativa de mulheres para exames preventivos e aconselhamento reprodutivo são essenciais para reduzir as desigualdades no acesso. No entanto, ainda há lacunas na implementação dessas ações, sendo necessário aprimorar o monitoramento e avaliação das políticas públicas existentes, garantindo que as diretrizes de saúde sexual e reprodutiva cheguem de fato às populações mais vulneráveis.

Diante desse contexto, conclui-se que a ampliação do acesso à informação, o fortalecimento dos serviços de atenção básica e a construção de políticas públicas mais equitativas são caminhos essenciais para garantir a promoção efetiva da saúde sexual e reprodutiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. Assim, é imprescindível que gestores, profissionais de saúde e sociedade civil atuem

conjuntamente para garantir que o direito à saúde reprodutiva seja assegurado para todas as mulheres, reduzindo as desigualdades e promovendo o bem-estar social.

REFERÊNCIAS

BORBA, C. S. et al. Assistência de enfermagem na atenção básica de saúde à mulher vítima de violência sexual. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, n. 3, p. 1-9, 2021. DOI: 10.1590/0034-7167-2021-0038.

BORGES, D. C. et al. Círculo de Cultura como estratégia de promoção da saúde: encontros entre educação popular e interdisciplinaridade. **Saúde em Debate**, v. 46, n. Especial 6, p. 228-238, dez. 2022. DOI: 10.1590/0103-11042022E620.

CARREÑO-CALDERÓN, A.; OBACHA, A.; CORREA-MATUS, E. “Não conheci uma parteira até engravidar”: saúde sexual e reprodutiva de jovens mulheres mapuche, Chile. **Saúde e Sociedade**, v. 33, n. 3, e230520, 2024. DOI: 10.1590/S0104-12902024230520pt.

CASTRO, A. T. V. et al. O papel da atenção primária à saúde no controle de infecções sexualmente transmissíveis em adolescentes. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 12, e4908, 2020. DOI: 10.25248/reas.e4908.2020.

CLARA, D. S. Atenção à saúde sexual e reprodutiva do adolescente: respostas da Atenção Primária e o impacto do coronavírus. **Sexualidade, Gênero e Saúde Sexual e Reprodutiva II**, v. 22, n. 2, p. 64-65, dez. 2021.

DANTAS, H. L. L. et al. Como elaborar uma revisão integrativa: sistematização do método científico. **Revista Recien**, v. 12, n. 37, p. 334-345, 2021. DOI: 10.24276/rrecien2022.12.37.334-345.

FUNAYAMA, A. R.; CYRINO, E. G.; GARCIA, M. A. A. Atuação profissional em práticas de promoção da saúde no contexto da Atenção Primária à Saúde: revisão

integrativa. **Revista APS**, v. 25, supl. 1, p. 230-250, 2022. DOI: 10.5935/2446-5682.20210006.

GOMES, R. B. et al. Atenção à saúde da mulher em situação de cárcere: uma proposta de promoção da saúde. **Revista de Extensão da UNIVASF**, v. 10, n. 1, p. 62-76, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9116.

JUSTINO, G. B. S. et al. Educação sexual e reprodutiva no puerpério: questões de gênero e atenção à saúde das mulheres no contexto da Atenção Primária à Saúde. **Interface (Botucatu)**, v. 25, e200711, 2021. DOI: 10.1590/Interface.200711.

LIMA, H. F. et al. Conhecimento, atitude e prática de universitárias da área da saúde sobre exame Papanicolau. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, v. 36, p. 13646, 2023. DOI: 10.5020/18061230.2023.13864.

MAFFACCIOLLI, R. et al. Reflexões sobre as estratégias para mitigar vulnerabilidades das mulheres à violência íntima na pandemia de covid-19. **Saúde e Sociedade**, v. 33, n. 2, e210308, 2024. DOI: 10.1590/S0104-12902024210308pt.

MOURA, S. L. O. et al. Percepção de mulheres quanto à sua vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 1, 2021. DOI: 10.1590/2177-9465-EAN-2019-0325.

SILVA, M. S. L.; SOUSA, F. W. S. Saúde sexual e reprodutiva: desconstruindo tabus e potencializando diálogos na escola. **Form@re - Revista do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**, Universidade Federal do Piauí, v. 10, n. 2, p. 95-107, 2022.